

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

As emendas ninguém tasca

Resistentes a tirar recursos das emendas de relator para pagar o novo piso da enfermagem, alguns senadores chegam hoje para a reunião com presidente em exercício, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), certos de que não há meios de conceder ainda este ano o valor previsto. Ainda que estejam dispostos a votar projetos que garantam esse pagamento no ano que vem, 2022 já era. O argumento principal é o de que as emendas já estão em grande parte empenhadas. Mas o fato é que, em ano eleitoral, ninguém quer anular o que já se comprometeu.

Para completar, eles querem é levar mais recursos para a saúde e não tirar o pagamento de enfermeiros do bolo de R\$ 10 bilhões dessa área que os políticos indicam para as suas bases eleitorais.

» » »

Moral da história: a dificuldade em tirar recursos de emendas de relator para o piso da enfermagem mostra o tamanho da encrenca que vem por aí, caso Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seja eleito e tente acabar com esse recurso dos parlamentares. Se os congressistas não querem abrir mão desse dinheiro a fim de custear os novos valores para a categoria da saúde, imagine deixar recursos para o Poder Executivo dizer onde aplicar.



Morde-assopra

Ao dizer que a perspectiva de Lula colocar alguém liberal no Ministério da Fazenda é zero, o ex-ministro Luiz Dulci assustou o mercado. A presença do ex-presidente do Banco Central no governo petista, Henrique Meirelles, no encontro com os ex-candidatos a presidente simpáticos ao PT ajudou a amenizar a fala de Dulci. A economia de Lula ainda é uma incógnita.

A pressão de Lula

Os petistas ampliam a pressão sobre os partidos. Nos bastidores, eles têm feito pontes com dirigentes e líderes partidários em busca de movimento para vencer no primeiro turno. O próprio Lula, no encontro com os ex-presidenciais, foi direto: “Eu sempre quis vencer no primeiro turno, mas não deixaram”.

Enquanto isso, em Londres e Nova York...

A passagem de Jair Bolsonaro (PL) pela Inglaterra para os funerais da rainha Elizabeth II poderia ter sido menos tumultuada, avaliam aliados do presidente. O discurso de hoje, na abertura da ONU, esperam alguns ministros, poderá compensar. Quanto ao embate entre apoiadores e adversários, em Londres, o problema, dizem alguns, é de quem fez algazarra. E, nesse caso, afirmam, não dá para responsabilizar Bolsonaro.

CURTIDAS

Oposição no Planalto/ O fato de Rodrigo Pacheco estar no exercício da Presidência da República levará o PT para o Planalto hoje. É que o presidente do Senado reunirá seus pares para debater o que precisa ser feito para garantir o pagamento do novo piso da enfermagem.



Ela faltou/ A ex-candidata a presidente Heloísa Helena (Rede, foto) recusou o convite para o encontro com Lula. Ela está cuidando da própria campanha para deputada federal, no Rio de Janeiro.

O clube dos sem voto/ É assim que os aliados de Ciro Gomes se referem aos pedetistas que lideram o movimento para que o partido apoie Lula no primeiro turno.

Regina na campanha/ Em suas redes sociais, a atriz Regina Duarte tem pregado o voto em “senadores de Bolsonaro” e diz que “para limpar o STF é preciso primeiro limpar o Senado”. Ao listar os nomes dos candidatos, ela incluiu apenas Damares Alves (Republicanos), no DF, sem mencionar a ex-ministra Flávia Arruda (PL).



GDF planeja forte esquema de segurança, em 2 de outubro, quando acontece o 1º turno de votação. Temor é de que sedes dos Três Poderes sejam atacadas por manifestantes. TSE foi incluído no plano especial de proteção

Esplanada fechada na eleição

» LUANA PATRIOLINO

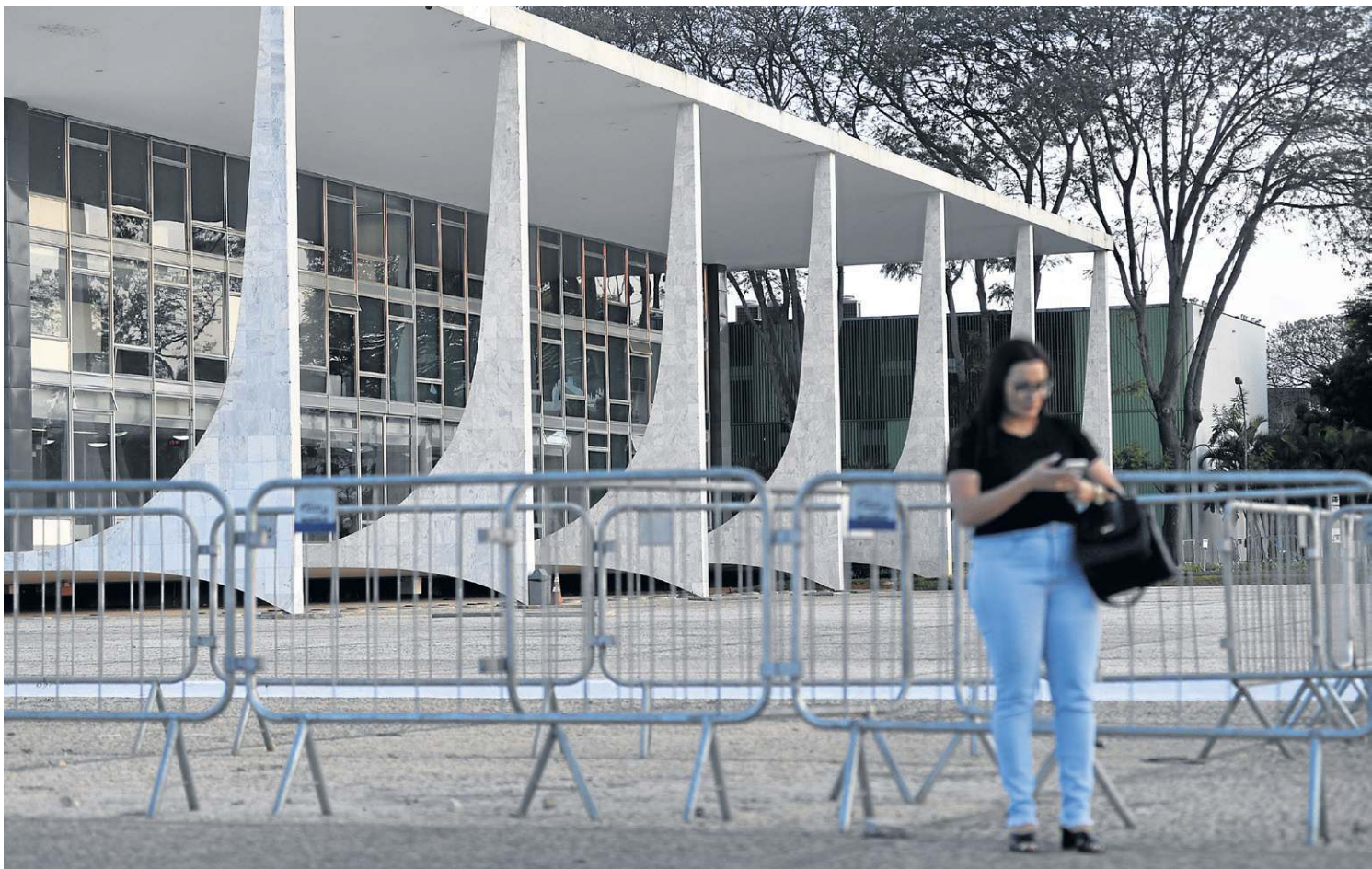
O Governo do Distrito Federal (GDF) planeja fechar a Esplanada dos Ministérios em 2 de outubro, data da votação do primeiro turno das eleições em todo país. A razão é o temor de que manifestantes passem atacar as sedes dos Três Poderes. Outro local que também deve ter segurança reforçada é o prédio que abriga o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Esplanada passou a ser um dos locais de maior vigilância dos órgãos de segurança. No feriado de 7 de Setembro, foi montado um esquema especial para proteger a região. Além de vias fechadas para veículos, a Polícia Militar bloqueou a entrada de caminhões e só liberou a passagem depois do desfile do Dia da Independência, conforme determinação do GDF.

Nos últimos meses, foram realizados estudos para identificar e acompanhar ameaças reais ou potenciais de prédios públicos. No ano passado, apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) furaram o bloqueio que impedia o acesso de veículos à Esplanada e fizeram manifestações hostis ao STF em frente à sede do tribunal. O GDF, assim, passou a temer atos de vandalismo.

Procurada pelo **Correio**, a Secretaria de Segurança Pública do DF informou, por meio de nota, que o plano ainda está sendo elaborado com órgãos locais e federais. “O plano de segurança pública para o período eleitoral está em fase de elaboração e, assim como em todos os eventos deste tipo ocorridos no Distrito Federal, o planejamento está sendo constituído com a participação de instituições locais e federais, por meio de tratativas com representantes dos setores

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Prédio do STF deve ser isolado para evitar a possibilidade de ser vandalizado por grupos exaltados e irritados com o resultado das eleições

de segurança da Câmara dos Deputados, do Senado, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral”, salientou.

A pasta afirmou ainda que está previsto um protocolo de ações integradas “para garantir que os processos eleitorais, local e federal, ocorram sem transtornos e de acordo com a legislação do país”.

Apuração

Além dos Três Poderes, outra preocupação é a sede do TSE,

onde se dará a apuração do resultado das eleições. Os ministros da Corte também estarão de plantão em 2 de outubro, assim como equipes de imprensa para transmissão das informações. O prédio vai receber esquema especial de segurança, já elaborado pelos técnicos. A votação em todo o país começa às 8h (de Brasília) e a previsão é de que, por volta das 17h (de Brasília), se tenha os primeiros resultados.

A Justiça Eleitoral está em sinal de alerta diante do cenário polarizado e da escalada da violência no período eleitoral. O TSE

tenta mapear situações de risco e cenários extremos e, para isso, criou um grupo de trabalho para lidar com o tema. A iniciativa foi concretizada depois o assassinato de Marcelo Aloizio Arruda, morto pelo policial bolsonarista Jorge Guarinho, em julho, em Foz do Iguaçu (PR).

O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, autorizou, ainda, o envio de forças federais para reforçar a segurança no primeiro turno das eleições em 561 localidades, de 11 estados. As decisões devem ser referendadas pela Corte nos próximos dias.

» Condenação é suspensa

O juiz Augusto César Gonçalves, da 6ª Vara Federal de Curitiba, suspendeu a condenação do ex-procurador Deltan Dallagnol (Podemos) no caso das devoluções das diárias da Operação Lava-Jato. Em liminar, justificou a decisão apontando indícios de quebra de impessoalidade, de violação do princípio da ampla defesa e do contraditório. Dallagnol volta a concorrer a deputado federal, pelo Paraná, dia 2.

210 ações no Judiciário

As campanhas dos presidenciais vêm inundando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com ações que vão de propagandas irregulares até abuso de poder político e econômico. Dados da Corte, solicitados pelo **Correio**, mostram que foram protocoladas 210 representações dos partidos desde o início da campanha, em 16 de agosto.

As informações foram atualizadas pelo TSE até a última sexta-feira. Os casos mais graves até agora foram a suspensão das propagandas do presidente Jair Bolsonaro (PL) com a primeira-dama, Michelle Bolsonaro — que aparece nos vídeos com tempo superior ao limite de 25% previsto em lei para a participação de apoiadores — e a proibição de a campanha à reeleição usar as imagens de 7 de Setembro.

Outra batalha travada entre os candidatos sobre as fake news. Ontem, a ministra Cármen Lúcia, do TSE, determinou a retirada de um site que associa Bolsonaro ao nazismo. E também ordenou a remoção de um vídeo falso contra Lula, que supostamente afirmava que o petista, se eleito, acabaria com o agronegócio.

Na avaliação do advogado constitucionalista Guilherme Amorim, a Justiça Eleitoral está mais criteriosa por conta da onda de fake news em 2018. “O TSE não está admitindo propaganda ou condutas dos candidatos ou apoiadores que sejam baseados em fatos manifestamente inverídicos ou que denotem abuso de poder”, observou. **(LP)**